

## Trabalho apresentado no 25º CBCENF

**Título:** HIV/AIDS EM MENORES DE 5 ANOS NOTIFICADOS EM ALAGOAS – devemos nos preocupar?

**Relatoria:** LAYZA KARLA ANDRE DE OLIVEIRA SILVA

**Autores:** Aruska Kelly Gondim Magalhães Araújo

**Modalidade:** Comunicação coordenada

**Área:** Dimensão ético política nas práticas profissionais

**Tipo:** Pesquisa

**Resumo:**

A infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV), agente causador da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), é um problema de saúde pública global, especialmente em países de baixa e média renda, principalmente os casos de transmissão vertical do HIV, condição caracterizada como evitável, principalmente diante dos cuidados perinatais. Este estudo tem como objetivo descrever o número de casos de HIV/AIDS notificados em menores de 5 anos em Alagoas, dos anos de 2011 a 2021. Trata-se de um estudo do tipo transversal, de série temporal, de abordagem quantitativa, com uso de dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Como resultados temos os números absolutos, de acordo com o ano de notificação: 2011:7; 2012:9; 2013:10; 2014:13; 2015: 7; 2016:6; 2017:2; 2018:2; 2019:3; 2020:3; 2021:7; total de casos notificados no período: 69. Podemos concluir que, apesar de toda a evolução científica sobre a prevenção, profilaxia e tratamento do HIV/AIDS, ainda são alarmantes os números de crianças menores de 5 anos de idade que foram infectadas pelo vírus, estando estes números diretamente relacionados com a transmissão vertical, o que nos reflete um grave problema de saúde pública, uma vez que existem o respaldo científico e de insumos, através do Ministério da Saúde, para a execução dos protocolos de profilaxia para a prevenção da transmissão vertical do HIV, fazendo parte dos cuidados perinatais às crianças expostas à infecção pelo HIV. Faz-se necessário a implementação de políticas públicas capazes de mudar esses dados tão preocupantes da infecção do HIV em crianças, com foco para o rigor da efetivação dos cuidados perinatais, desde o período gestacional, com o tratamento antirretroviral (ARV) da mãe, até o pós-nascimento, com o uso da profilaxia ARV até o primeiro mês de vida para que se possa garantir a saúde e o bem-estar das crianças de nosso país.